

OS ENLACES DA MEMÓRIA COM A CULTURA MATERIAL

Luciana Meire Gomes Reges¹

Resumo: A intenção desse trabalho é analisar as memórias dos arquivos, tendo os inventários *post-mortem* como embasamento, compreendendo-o enquanto testemunhos da ação de homens, como um lugar de memória, que, não obstante, é perpassada pela Cultura Material. Por meio da materialidade desses objetos narrados no documento supracitado, reside a possibilidade de se perceber as diferentes dimensões da memória.

Palavras- Chave: Cultura Material. Memória. Inventários *post-mortem*.

THE LINKS BETWEEN MEMORY AND MATERIAL CULTURE

Abstract: The intention of this work is to analyze the memories of the archives, having the post-mortem inventories as a foundation, understanding it as testimonies of the action of humans, as a place of memory, which, nevertheless, is permeated by the Material Culture. Through the materiality of these objects narrated in the aforementioned document, lies the possibility of perceiving the different dimensions of memory.

Keywords: Material Culture. Memory. Post-mortem Inventories.

¹ Graduada em História – UECE. Foi bolsista do PET de História na Graduação. Mestre em História – UECE. Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC. E - mail: lucianamgreges@gmail.com.

O passado não é o antecedente do presente, é a sua fonte.
Ecléa Bosi

1 A memória em meio à poeira dos arquivos

Na frase da historiadora Ecléa Bosi, acima apresentada como epígrafe, é possível compreender o entrelaçamento dos tempos. O passado e o presente se confundem na experimentação dos indivíduos, que produz diversas formas de arquivar suas experiências, sejam elas representadas nas lembranças ou no escrito, formas distintas de memória, mas que ao mesmo tempo se perpassam.

A memória atualmente está inserida num processo de qualificação, na qual é analisada em interação com o coletivo, bem como os diálogos que são estabelecidos com as diversas experiências vivenciadas. É nesse o palco de atuação e inventividade que se realizam as novas práticas sociais.

A memória possui uma lógica de recorrente invenção que possibilita ao historiador compreender os mecanismos de atribuição de sentido que o presente concede ao passado. Pierre Nora (1993), em “Os Lugares de Memória” assegura que:

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (...) A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 17).

Nessa diferenciação entre memória e história, realizada por Pierre Nora, a memória está no âmbito do vivido que se relaciona diretamente com o presente e que está em constante reconstrução. Já a história seria uma forma de representar esse passado, mas também em constante reconstrução, estabelecendo diálogos com o presente.

Para François Hartog, é o presente quem fala ao passado, e cabe ao historiador dialogar com as múltiplas temporalidades que circunscrevem a memória, sendo ela escrita ou oral. O presente é ponto de partida para a observação, e esse distanciamento cria condições e possibilidades para uma “experiência de leitura” do passado.²

Segundo Koselleck (2006), o conceito de memória está articulado às categorias de “experiência” e “expectativa”. Para o autor as categorias conferem condições positivas ao trabalho

² HARTOG, François. **Tempos do mundo, História, escrita da História**. In: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

do historiador, não como uma matriz humana generalizada e imóvel, mas um dado prévio que, sem ele, seria impossível pensar historicamente. Para Koselleck:

As condições da possibilidade da história real são ao mesmo tempo, as condições de seu conhecimento. Esperança e recordação, ou mais genericamente, expectativa e experiência – pois a expectativa abarca mais que a esperança e a experiência é mais profunda que a recordação – são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã (KOSELLECK, 2006, p. 308).

Não obstante, os trabalhos com a memória apontam a possibilidade de problematizar a experiencição vivenciada pelos sujeitos em decorrentes acordos e desacordos.

2 O inventário *Post-Mortem*: espaço de produção de sentidos

A memória nos documentos escritos, especificamente aqui, nos inventários *post-mortem*, é uma construção de códigos de conduta e existência, a qual parte das vivências cotidianas. Michel de Certeau (1994), partindo dos relatos do viajante francês Jean de Léry, formulou que a escrita está inserida no outro e para o outro. Na sociedade escriturária, o que prevalece é o texto como elemento mediador e provedor das relações sociais, produzem discursos de ordenamentos sociais que conduzem e alocam os indivíduos. A análise dos inventários *post-mortem* possibilita leituras da realidade, já que o cotidiano contém em si conhecimentos sobre a dimensão social.

Os inventários *post-mortem* aqui retratados, estão dispostos no Arquivo do Fórum Des. Antônio Carlos Costa e Silva (AFDACS), na cidade de Limoeiro do Norte – CE. Os fundos documentais nele contidos permitem aos historiadores investigar diferentes aspectos da vida sociocultural de Limoeiro do Norte, tendo por base diferentes temporalidades.

Ulpiano Meneses analisa o papel do arquivo enquanto produtor de uma linguagem que lhe é própria.

O arquivo seja ele “escrito, oral ou filmado, é sempre o produto de uma linguagem própria, que emana de indivíduos singulares ainda que possa exprimir o ponto de vista de um coletivo (administração, empresa, partido político etc.). Ora, é claro que essa língua e essa escrita devem ser decodificadas e analisadas, mas, mais que uma simples 'crítica interna', para retomar o vocabulário ortodoxo, trata-se aí de uma forma particular de sensibilidade à alteridade, de 'um errar através de palavras alheias', para retomar a feliz expressão de Arlette Farge. E esse encontro entre duas subjetividades o que importa, mais que o terreno sobre o qual ele se dá ou o tipo de rastro que o tora possível através do tempo" (MENESES, 1998, p. 100-101).

Ulpiano Bezerra propõe não somente problematizar o documento, mas decodificá-lo, além de “(...) indagar o que ocorre no deslocamento de objetos e coleções do campo pessoal para o público



e que implicações precisariam ser consideradas no que diz respeito à pesquisa histórica” (MENESES, 1998, p. 89).

O inventário *post-mortem* é um lugar de memória, um espaço de indícios, de vestígios, contém em si dispositivos mnemônicos dispersos e fragmentados no documento, como a Cultura Material (bens patrimoniais: como terras, casas, móveis, joias, santos, objetos, entre outros), as relações de mobilidade e diálogos vistos nas dívidas, a relação de poder estabelecido entre o poder local e o Regime Imperial, a Cultura Escrita, etc., figuram enquanto possibilidades de reconstruir as experiências do homem no tempo.

Não obstante, o tabelião Serafim Tolentino Freire Chaves³ corroborou para a riqueza do documento, adicionando a ele suas impressões, pedidos dos inventariantes, entre outros vestígios importantes para compreender o período estudado.

No documento, em particular nesse caso, os inventários *post-mortem*, a escritura é permeada pelas ações do vivido, das práticas sociais, sendo o Cartório um dos mecanismos de controle do Estado Imperial e mediador dessa inter-relação. No fragmento do arrolamento do Tenente Coronel Clemente Luiz Barros Souza Netto, falecido em 1878, o escrivão e autor do documento acima, Serafim Chaves, denota a concordância dos herdeiros em relação à partilha e acessibilidade aos bens, o que constitui uma prática ilegal, já que os herdeiros só teriam acesso a seus bens no final do processo. Contudo, Serafim Chaves, através do poder que ele representava, legitima essa irregularidade, narrando ter sido ele motivado pela crise causada pela seca (1877-79).

Diz Joaquina Felícia de Souza Maia que acabando de proceder esse inventario a este julgo que os bens que ficarão pelo falecimento de seu marido o Tenente Coronel Clemente Luiz de Sousa Netto, digno de (...) mandar dar esta as partes, aconteceu que ela suplicante e mais herdeiros concordaram na avaliação feita e no fragmento aos credores lembrou se depois. Mas a suplicante que os diversos herdeiros tinham de sua (...) legítimas maternas, como se ve do mesmo inventario e como o número de bens semoventes é (...) para a intenção para a interação dos mesmos herdeiros e pagamento aos credores por isso a suplicante os bens requeridos a Vossa digo liberar que seja separados alguns gastos e mais bens e mais bens para venda para os ditos pagamentos. Vossa, não egoísmo que na crise actual da terrível seca que atravessamos os bens de mais (...) venda seu gados e animais e destes é que a suplicante desejos que se separe afim de não (...) do

3 O 1º. Tabelião Público de Limoeiro – cargo vitalício – nomeado pelo Decreto Imperial de 28 de Fevereiro de 1874 foi Serafim Tolentino Freire Chaves, avô paterno de Franklin Chaves. Essa era uma função muito importante naquela conjuntura, pois se constituía uma possibilidade concreta de estabelecer o controle político de uma dada municipalidade. Em parceria com as demais autoridades políticas e eclesiásticas locais, os populares eram mantidos numa posição de dependência de um serviço especializado e, portanto, numa condição de inferioridade e de dívida política que era cobrada no momento de organizarem-se as eleições municipais. Posição que a família Chaves soube bem capitalizar em proveito próprio. In: Entrevista disposta na UFC, feita com Franklin Gondim Chaves, neto do Coronel Serafim Chaves. REGIS, João Rameres. INTEGRALISMO E CORONELISMO: Interfaces da Dinâmica Política no Interior do Ceará (1932-1937). Rio de Janeiro, 2008. Tese de Doutorado em História Social. UFRJ-Orientadora: Prof.(a). Dra. Maria Paula do Nascimento Araújo, pág. 248.

pagamento de seus credores, (...) sendo inteirados os herdeiros em bens de maior como melhor (...) entender.⁴

Em meio ao processo, o tabelião Serafim Tolentino Freire Chaves insere o pedido da viúva Joaquina Felicia de Souza Maia, que solicita a permissão para vender alguns de seus bens, sendo eles semoventes⁵ que possivelmente não consigam sobreviver à estiagem. As memórias construídas da seca perpassam e desenvolvem-se para além da estiagem de 1877-79, pois na reflexão da memória social é possível observar imagens cristalizadas do passado, legitimadas pela ordem social vigente, e que dialogam com a situação ali vivenciada (POLLAK, 1989).

3 Cultura Material: fragmentos de Memória

Além das impressões do espaço, da seca, observados no documento, o estudo da Cultura Material é um dos exemplos de possibilidade de tecer compreensões acerca dos vestígios como dispositivos mnemônicos factíveis para que o historiador realize seu *métier*, que objetiva reconstruir a experiência dos homens no tempo. Jean-Marie Pesez, ressalta “a evidente relação da cultura material com os condicionamentos materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais ele opõe uma resposta que é precisamente a cultura” (PESEZ, 1998, p. 184).

Segundo Ulpiano Bezerra Meneses,

(...) a expressão cultura material refere-se a todo segmento do universo físico socialmente apropriado. Aqui, no entanto, para simplificar, falar-se-á, sobretudo do artefato, que é apenas um dos componentes - dos mais importantes, sem dúvida - da cultura material. (MENESES, 1998, p. 100).

Não obstante, Ulpiano Meneses elabora que a Cultura Material, os artefatos, são inerentes à prática social do homem.

A chamada "cultura material" participa decisivamente na produção e reprodução social. No entanto, disso temos consciência superficial e descontínua. Os artefatos, por exemplo, são não apenas produtos, mas vetores de relações sociais. (...) Não se trata, apenas, portanto, de identificar quadros materiais de vida, listando de objetos móveis, passando por estruturas, espaços e configurações naturais, até obras de arte. Trata-se, isto sim, de entender o fenômeno complexo da apropriação social de segmentos da natureza física (MENESES, 1994, p. 12).

⁴ Inventário post-mortem de Tenente Coronel Clemente Luiz Barros Souza Netto, falecido em 1878.

⁵ O termo semovente implica em seres que não são capazes de governar-se, à exemplo: os escravos, os animais (gado, cavalos, etc.).



Os objetos comportam em si formas construídas no âmbito social, que dialogam recorrentemente com a estrutura física, cuja relação é circundada de sentidos pelos sujeitos tanto no campo da produção, como também da reprodução.

A Cultura Material, ou bens patrimoniais dos inventários *post-mortem*, é um lugar para “a história que permite confrontar o passado e o presente interrogando de outra forma os documentos e os acontecimentos, buscando articular o que desaparece com o que aparece” (FARGE, 2011, p. 09).

Em seus estudos sobre Cultura Material, Ulpiano Bezerra Meneses intui que “a bibliografia recente sobre memória tem investigado de maneira fragmentária e tímida o papel central dos objetos materiais nos processos de rememoração, que ocorrem num universo que é tanto de palavras quanto de coisas” (MENESES, 1998, p. 90).

(...) exterioridade, a concretude, a opacidade, em suma, a natureza física dos objetos materiais trazem marcas específicas à memória - problema capital, mas que não poderá ser aqui desenvolvido. Basta lembrar que a simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente. O estudo dos artefatos no campo da memória e inserido numa antologia sobre lembranças coletivas, caracterizam, pela sua própria banalidade, a rápida deriva para o simbólico com que o problema vem sendo tratado (MENESES, 1998, p. 90).

Os componentes da materialidade, a natureza física dos objetos, a durabilidade são indícios de memória, fragmentos que corroboram diretamente para a compreensão do conjunto patrimonial. É inerente ao inventário *post-mortem* o ato de diferenciação das coisas, através da sua composição física (tamanho, material e condições de uso), bem como sua valorização que é articula pela natureza física com os sentidos atribuídos aos objetos.

No inventário de Caetano Gomes de Oliveira, observou-se o registro de uma *casa de tijolos deteriorada*, localizada na Rua da Matriz, possivelmente uma construção bastante antiga.⁶ Segundo Ulpiano Meneses:

A integridade física do artefato corresponde sua verdade objetiva. Os discursos sobre o artefato é que podem ser falsos. (...) os artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda espécie, em particular de morfologia, função e sentido, isolada, alterada ou cumulativamente. Isto é, os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia. Se as observações acima expostas continuarem válidas, para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los 'em situação', nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte. Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social (MENESES, 1998, p. 92).

⁶ Inventário *post-mortem* de Caetano Gomes de Oliveira, falecida em 1879.



Os objetos carregam em si marcas e sentidos que ultrapassam um tempo, são compostos de temporalidades, constroem trajetórias, biografias. Falar de uma casa deteriorada não se limita ao fato de estar danificada, implica quais condições ela foi construída? Por quem? Para quem? Bem como as subjetividades e a relação com os indivíduos. Assim, compreendemos que “os objetos funcionam como vetores de construção da subjetividade e, para seu entendimento, impõem, já se viu, a necessidade de se levar em conta seu contexto performático” (MENESES, 1998, p. 96).

Bem como alude Ulpiano Meneses:

Os objetos materiais só dispõem de propriedades imanentes de natureza físico-química: matéria-prima, peso, densidade, textura, sabor, opacidade, forma geométrica, etc.etc.etc. Todos os demais atributos são aplicados às coisas. Em outras palavras: sentidos e valores (cognitivos, afetivos, estéticos e pragmáticos) não são sentidos e valores das coisas, mas da sociedade que os produz, armazena, faz circular e consumir, recicla e descarta, mobilizando tal ou qual atributo físico (naturalmente, segundo padrões históricos, sujeitos a permanente transformação) (MENESES, 1994, p. 27).

É importante elucidar que os sentidos, significados, valores sociais e econômicos que são atribuídos pelos indivíduos aos objetos, estão localizados em uma conjuntura e dialoga com seus pares, à exemplo do inventário de Dona Amélia Herculeiro de Holanda Cavalcante que possuía “[...] uma casa de tijolos com duas portas de frente nesta velha Vila de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, na rua da Matriz, confrontando a meeira com a Matriz, avaliada na quantia de quatro centos reis.”⁷

Com base nos inventários *post-mortem*, podemos inferir que, na Vila de Limoeiro, era significativo morar ou possuir moradias próxima a “Igreja Matriz”, atual Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o que configurou também o nome da rua: Rua da Matriz. É importante perceber, através de pequenos indícios, como os sujeitos articulavam o espaço e a Cultura Material no período de fins do século XIX, bem como as representações que o inventário *post-mortem* apresenta dessa relação.

4 Considerações finais

Em documentos tidos como “oficiais” ou institucionais, a exemplo do inventário *post-mortem*, é possível verificar diversas dimensões da memória, assim como nas narrativas orais, entre outras.

⁷ Inventário *post-mortem* de Dona Amélia Herculeiro de Holanda Cavalcante, falecida em 1878.



Por apresentarem um amplo campo de possibilidades, os inventários *post-mortem* exigem do historiador uma aptidão aguçada para problematizar e interpretar seus conteúdos como forma de compreender os diálogos que se estabelecem entre o presente e o passado, de forma dinâmica e plural.

Referências

Fontes:

Inventários *post-mortem*, referentes ao período de 1875 à 1884 - Arquivo do Fórum Des. Antônio Carlos Costa e Silva – AFDACCS.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **”Violar Memórias e Gestar a História: Abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto difícil”“**. In: _____. (org). *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.

CERTTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis-RJ, 1994, pág.99-100.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Autêntica editora/ Belo Horizonte, 2011, tradução Fernando Scheibe . – (Coleção História e Historiografia, 3 / coordenação Eliana de Freitas Dutra), pág. 9.

HARTOG, François. **Tempos do mundo, História, escrita da História**. In: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. – Rio de Janeiro: 7 Letras.2006.

KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rev. da trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006, pág. 308.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez. 1994, pag. 12.



_____. **Memória e Cultura Material:** Documentos Pessoais no Espaço Público. Revista Estudos Históricos, nº 21, ano 1998, pág. 100 e 101.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** A problemática dos Lugares. In: Projeto História, nº 10, São Paulo, dezembro de 1993, p. 17.

PESEZ, Jean-Marie. **História da Cultura Material.** In: Le Goff, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pág: 184.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** In. Revista Estudos Históricos. V. 2. N.º 3. FGV. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

ZILBERMAN, Regina. **Memória entre oralidade e escrita.** Revista Letras de Hoje. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 117-132, setembro, 2006.